

---

## **OS NAMARRAIS DO ANTIGO DISTRITO DE MOÇAMBIQUE (1865-1913)**

LUÍSA FERNANDA GUERREIRO MARTINS

Centro de Investigação em Ciências Sociais e Humanas (CIDEHUS), Universidade de Évora

[lmartins032@gmail.com](mailto:lmartins032@gmail.com)

### **Resumo**

Os Namarrais ficaram identificados na historiografia como opositores ao processo de instalação colonial liderada por Mouzinho de Albuquerque. A partir de 1865, esta sociedade começou por ficar referenciada com alguma frequência nos documentos produzidos pela administração militar portuguesa, tendo perdido protagonismo a partir de 1913.

Num relatório de Abril de 1898, Eduardo da Costa refere-se ao grupo Namarral como o principal obstáculo à prossecução da colonização. Outra documentação do período colonial refere-se aos Namarrais como “bando de ladrões” que atacava as Terras Firmes para roubar “alimentos e gente”. A historiografia elege-os como os atores de um espaço que ofereceu oposição prolongada e determinada aos portugueses (NEWITT, 1997).

Pelas suas características identitárias, não será despidendo aplicar o termo “quilombo” para identificar esta sociedade, embora este conceito tenha sido instituído pelos estudos sobre a escravatura no Brasil e por outros estudos sobre os espaços africanos. Neste trabalho pretende-se apresentar uma reinterpretação de algumas fontes primárias que nos ajudam a compreender os Namarrais como uma “nova sociedade” com carácter de “quilombo” que, no final do século XIX ofereceu resistência ao avanço colonial e de ocupação territorial porquanto essa pretensão portuguesa significava a perda do controlo de um território por onde circulavam as rotas caravaneiras e, por outro, porque alterava um sistema económico-social baseado no comércio de escravos e de armas, no qual estavam também interessados outros agentes sociais daquele território. De entre estes destaca-se o afro-luso descendente Cândido da Costa Soares, preso no forte de Moçambique em 1897 juntamente com outros moradores sob acusação de conluio com os Namarrais e tráfico de armas. É interessante analisar a carta que Cândido da Costa Soares escreve em sua legítima defesa, na qual salienta a necessidade de salvar a economia da região através do estabelecimento de relações comerciais com xeques e outros chefes do interior.

É neste contexto de um espaço temporariamente dominado pelo “quilombo” Namarral e pela dinâmica económica e social baseada na escravatura que pretendemos desenvolver esta comunicação.

**Palavras-chave:** Quilombo, resistência, colonização, escravo, caravana.

\*

A historiografia tem integrado os namarrais no contexto da história das operações militares realizadas por Mouzinho de Albuquerque, sem uma análise mais alargada aos particularismos da formação deste grupo local. Neste estudo procuramos compreender a formação e a dispersão desta população, demonstrando como o Namarral se terá estruturado como quilombo, com características que se adequaram ao espaço geográfico, político e social em que se integrava. Procuramos, também, perceber como os namarrais estiveram no centro de um sistema de relações políticas e económicas, agregando as sociedades dos territórios limítrofes das Terras Firmes com o objectivo de fazer funcionar uma oposição vigorosa a três situações impostas pela administração portuguesa: o imposto de palhota; o trabalho forçado; a alteração das formas de mercado com a instalação de lojas em locais do interior e conseqüente redução da frequência das rotas caravaneiras que se desenvolviam desde o interior em direcção ao litoral, com conseqüências no constrangimento do comércio interno de escravos, de armas e de pólvora.

Para este estudo considerámos um arco cronológico desde 1865 a 1913. O ano de 1865 assinala, segundo Nancy Jane Hafkin, a formação do Namarral em consequência das migrações resultantes da diáspora zulu (HAFKIN, 1973: 365) embora alguns documentos possam fazer recuar essa formação na década de 50, com os namarrais já integrados nas redes de controlo do tráfico de escravos (MENEZES, 1874: 15). A opção de Hafkin e as novas abordagens documentais deixam assim em aberto a questão sobre a formação da entidade Namarral: a diáspora zulu ou outras causas endógenas. O ano de 1913 assinala o fim político do Namarral com o consequente desaparecimento das referências documentais a esta população.

### **NAMARRAL UM QUILOMBO MOÇAMBICANO**

Tal como a maioria das sociedades de cultura bantu, os namarrais justificam as suas origens recorrendo a uma explicação mítica. O berço do Namarral situar-se-ia no monte Namúli<sup>1</sup>. O recurso a um mito de origem permitiu a esta sociedade definir uma raiz comum que justifica a sua existência face às demais sociedades, alicerçando as estruturas sociais, culturais e de poder de modo a alicerçar a sua identidade e autonomia (LIESEGANG, 1998: 124). Para além do discurso da origem mítica, a lenda da origem fala do percurso de um grupo chefiado por um jovem líder que teria deixado a sua antiga sociedade depois de ter sido expulso pelo seu chefe tradicional linhageiro. No caso dos namarrais, o chefe tradicional era Moquiéje, das terras de Chalau. Segundo um ofício do capitão-mor do Mossuril ao Secretário do Governo-Geral, o régulo Moquiéje vivia “longe de Moçambique”. Segundo o capitão-mor do Mossuril, entre os anos de 1861 e 1866, o novo chefe namarral “rebelou-se contra o seu suserano e fugiu com a sua gente”, pedindo protecção em terras portuguesas “isto há quinze vinte anos atrás, sendo capitão-mor das Terras Firmes João da Costa Soares”<sup>2</sup>. A fuga do jovem namarral é conhecida porque os documentos fazem referência aos contactos que o seu antigo chefe estabeleceu com os militares portugueses da Ilha no sentido de se vingar da sua fuga (*Id., ibid.*). Este fixara-se entretanto em terras vizinhas das Terras da Coroa (ou Terras Firmes) e das “machambas” dos colonos, tendo obtido autorização do então capitão-mor, João da Costa Soares. A entrega das terras realizou-se através de um juramento de vassalagem relativamente à administração portuguesa que se resumia na cerimónia de “pega-pé”, como era conhecido o ritual de reconhecimento mútuo dessa mesma vassalagem (PÉLISSIER, 1994: 248). Pouco tempo depois os portugueses verificaram que esse acto foi em vão, pois embora a vassalagem tivesse ficado estabelecida, ela não foi devidamente cumprida, embora algumas vezes fosse lembrada pelas partes, conforme os interesses de cada momento. A própria intenção dos portugueses em garantir que a instalação dos namarrais junto das Terras Firmes fosse uma forma de protecção às agressões de outras populações saiu gorada.

<sup>1</sup> O monte Namúli situa-se na província da Zambézia, 12 Km a nordeste do Gurué, sendo a segunda montanha mais alta de Moçambique (2419 m) a seguir ao monte Binga.

<sup>2</sup> Arquivo Histórico de Moçambique, *Fundo do século XIX*, Governador-Geral de Moçambique, Cx. 8-147, doc. 128/2, 26.10.1881: ofício do capitão-mor do Mossuril ao secretário do Governo-Geral.

---

Instalado o grupo, ficou assegurada a suserania e definiu-se uma estrutura hierarquizada, à semelhança da sociedade linhageira tradicional, com a existência da sua “rainha”. A entrada no corpo namarral de escravos de diversas proveniências, de cipais, caporros e outras gentes em circulação, como Maraves, Ajauas e Achirimas, permitiu alargar os efectivos desta sociedade num formato com características de quilombo, com recurso a rituais de integração das diferentes linhagens que pretendiam vincular o indivíduo à “nova sociedade”. Esta característica de integração no grupo do Namarral coincide com as descrições do acolhimento que os quilombos brasileiros faziam daqueles que os procuravam como local de refúgio (MUNANGA, 1995/6: 56-63)<sup>3</sup>. Mantinha-se, assim, no Brasil, uma forma de organização política e social levada pelos próprios africanos que nos seus territórios de origem já conheciam estas formas de organização tradicionais, geralmente de estrutura hierarquizada, que procuravam reconstituir quando chegavam a novos territórios (BIRMINGHAM, 1974).

Apesar de relativamente próximo do litoral, o quilombo Namarral conseguiu isolar-se e criar um sistema de alianças militares e comerciais que, paulatinamente foi fortalecendo a hierarquia social dentro do mesmo, permitindo a formação de postos avançados subalternos, como era o Marave, em aliança com outras chefias, numa rede de confederações. Dessa rede faziam parte Comalla, “irmã” de Mocuto-muno (nome dinástico do chefe principal) e os proprietários das Terras Firmes, alguns destes, descendentes dos primeiros portugueses que se instalaram no território da Ilha de Moçambique. Estas alianças revitalizavam-se sempre que havia necessidade de defender os interesses particulares contra as determinações emanadas pelos representantes da Coroa portuguesa. As posições extremaram-se quando a administração militar portuguesa começou a desenvolver vigilância e perseguição aos circuitos escravagistas internos, desviados da Ilha e direccionados para as ilhas de colonização francesa especialmente, Madagáscar, circuitos esses que se estendiam num espaço de cerca de 80 quilómetros a partir do litoral em direcção ao interior, obrigando à colocação de postos militares que pretendiam vigiar as caravanas vindas do interior, “que a ferocidade e o banditismo nunca reprimido dos namarrais lograram desviar de Moçambique” (ALBUQUERQUE, 1934: vol. II, 121). Ao comércio caravaneiro de escravos juntava-se o tráfico de armas e de munições, os roubos aos postos militares portugueses e aos paióis das propriedades privadas.

---

<sup>3</sup> Kabengele Munanga explica a origem africana dos quilombos no seio das culturas bantu recorrendo a exemplos colhidos entre grupos lunda, ovibundo, mbundo, kongo, imbagala e de outros transportados como escravos para o Brasil. Segundo este autor, os quilombos constituíam em África um complexo cultural específico, com carácter transcultural, nos quais se poderiam encontrar pessoas de diversas origens étnicas, fugidas ou marginalizadas pelo regime colonial. Segundo o autor, o que aconteceu em África veio depois a verificar-se no Brasil, com a reunião de negros provenientes de diferentes regiões africanas. Munanga acrescenta que, em África, os quilombos desenvolveram-se nos séculos XVI/XVII como instituições políticas e militares compostas por guerreiros e outra gente de diversas origens, os quais eram sujeitos a rituais iniciáticos com a função de unir diferentes linhagens. Segundo o autor, ao implementar o quilombo brasileiro os escravos oprimidos e fugidos recuperaram as estruturas que já conheciam anteriormente.

Segundo a classificação dos quilombos apresentada pelo investigador brasileiro Décio de Freitas, o Namarral seria um quilombo “predador” no sentido em que mantinha a sua dinâmica recorrendo a constantes assaltos às aldeias vizinhas, às caravanas comerciais, às quintas das Terras Firmes, propriedades dos antigos colonos luso-afro-descendentes (FREITAS, 1980). A título de exemplo veja-se uma carta do Capitão-mor das Terras da Coroa ao Chefe de Estado-Maior, no Mossuril, datada de 23 de Novembro de 1896, que regista o ataque dos namarrais à povoação de Nandoa, próximo de Ampoense, que resultou na morte de 7 homens e no rapto de 8 mulheres. A documentação é, aliás, rica neste género de relatos.

Os confederados deveriam constituir um exército para acudir a crises dentro da própria confederação ou a ataques vindos do exterior. Em Setembro de 1898, um “indígena” preso na Ilha contou:

*Que o Marave deu uma mulher ao Mauala-muno para que este régulo o ajudasse na guerra. Que os régulos Mauala-muno e Niarro ajudam o Marave, dando-lhe gente. Que Mauala-muno tem pouca gente mas que Niarro tem muita. Que o Marave deu 6 barris de pólvora a Niarro e 3 a Mauala-muno. Que o irmão do Marave, Camati, está com o régulo Mora. Que Farelay, régulo d’Angoche, manda gente em auxílio do Marave. Que ainda este mez o Marave tenciona atacar Chilavane. Que o Marave quer fazer guerra para apanhar gente e dar à rainha de Naguema, como indemnização da que lhe tem feito perder, mas muito especialmente por lhe termos prendido a filha e ter-lhe sido morto um filho, de nome Muamba (que eu, pelas informações que tive, julgo ser o régulo de Ibrahimo, Nhaconona). Este régulo foi morto pela gente do Muamba, quando lhe atacaram a povoação do Monapo. A gente que atacou esta povoação era namarral e do Marave (...)<sup>4</sup>.*

A descrição revela uma confederação mais ou menos coesa, gerida de acordo com os interesses do momento, ora revigorada na sua intrincada rede de apoios, ora fragilizada com as traições no seu seio. Foi neste contexto que surgiram as aringas (PÉLISSIER, 1994: 246-247)<sup>5</sup> espaço fortificado onde se preparavam exércitos capazes de avançar em campo aberto. Os documentos revelam que a rainha namarral, Naguema, tinha 60 guerreiros à sua disposição e que, na eventualidade de ter de avançar para a guerra, conseguiria reunir mais homens armados para “fazer aringa”, durante a qual se realizavam rituais de preparação para o combate<sup>6</sup>.

Realizada a aringa e preparados para a guerra, estes homens constituíam um exército que atacava em campo aberto, contrariando a prática antiga do ataque/surpresa que alguns historiadores classificaram como “guerra da pulga” (PÉLISSIER, 1994: 246). Em 1863, os chefes africanos do território namarral mantinham uma guarda especial de escravos que formava um núcleo de exército permanente (ORNELLAS, 1901: 58). Um documento de Abril de 1897 revela a capacidade do “exército namarral” quando procedeu a um ataque ao posto militar de Mochelia:

<sup>4</sup> AHM, *Fundo do século XIX*, Cx.8.9 M1 (1), 03.09.1898: ofício do comandante militar de Mochelia ao chefe da secretaria militar do distrito.

<sup>5</sup> René Pélissier situa as aringas essencialmente no espaço geo-político zambeziano, mas elas existiram também no espaço macua namarral.

<sup>6</sup> AHM, *Fundo do século XIX*, 25.05.1898: ofício do capitão-mor das Terras da Coroa – Mossuril – ao chefe da repartição militar de Moçambique.

---

*No dia 13 do corrente mez foi o posto militar, da Muchelia, atacado por enorme quantidade de pretos, que o envolveram por todos os lados fazendo um nutridíssimo fogo desde as 8 horas da manhã até às 10 horas a que dispersaram depois de haverem perdido o seu chefe de guerra que com duas enormes mangas avançava para o porto, a fim de se empenhar na luta com os nossos. Estas mangas avançaram perfeitamente a descoberto, pelo NO, e vinham precedidos de bandeiras brancas e compunham-se de mais de 600 homens cada uma.<sup>7</sup>*

Em síntese, verificamos que as características sociais, políticas e militares dos namarrais apresentam um formato de quilombo, que a documentação escrita pelos portugueses na segunda metade do século XIX e primeira década do século XX deixa transparecer. Como afirma José Capela, “a dimensão e constância do fenómeno justifica plenamente que a designação consagrada no Brasil seja retomada para o caso de Moçambique, tal como tem sido adoptada para muitas outras situações idênticas” (CAPELA, 2006: 84).

O facto de não existir a designação de “quilombo” para fenómenos semelhantes ao Namarral para o território de Moçambique, pode resultar apenas da diferença temporal na historiografia brasileira e moçambicana. A história da identidade negra no Brasil e do percurso daqueles que foram levados de África para as Américas como escravos é mais antiga do que os estudos relativos ao continente africano subsaariano, despidos dos pressupostos metodológicos a que os sistemas coloniais recorreram para cercar o desenvolvimento de uma História dos africanos. Os países de colonização portuguesa, não obstante os estudos de carácter antropológico, etnográfico e geológico que se desenvolveram durante esse período, não beneficiaram de uma historiografia isenta, à excepção de um ou outro estudo pontual de carácter mais generalista. Nos nossos dias, em que podemos falar de uma historiografia moçambicana, não será despiciendo trazermos à colação fenómenos como os do “quilombo” ou mesmo de “estados tardios” (KIZERBO, 2006: 72). A investigação sobre o território moçambicano tem trazido muitas novidades, mas comparativamente à historiografia brasileira parece-nos legítimo reconhecer uma diferença significativa no ritmo e quantidade dos estudos sobre os quilombos. Poderia ser interessante a recolha das aprendizagens já feitas sobre o Brasil e a sua posterior adequação aos estudos moçambicanos, obviando a multiplicação de termos para conceitos semelhantes. Assim, teríamos a identificação do “quilombo brasileiro” para o caso do Brasil, ou “quilombo angolano” para o caso de Angola, ou “quilombo moçambicano” para o caso de Moçambique, e assim por diante. Ou seja, a designação permitira a identificação imediata da realidade sobre a qual se fala e permitiria situar geograficamente o quilombo, de acordo com a sua especificidade e características.

---

<sup>7</sup> AHM, *Fundo do século XIX*, Cx. 8.10, M.1 (3), Doc. 1 a 35, 13.04.1897: governo do distrito de Moçambique, relatório do combate da Muchelia no dia 13 de Abril de 1897 por forças de Marave, escrito pelo alferes José Xavier Teixeira de Sousa.

---

## A OPOSIÇÃO AOS NOVOS MODELOS COLONIAIS

Podemos afirmar que o quilombo Namarral enformou o seu tecido social e político face às demais sociedades congêneres e que, em pouco tempo, assumiu um papel de liderança na reacção a um conjunto de novos modelos económicos impostos pelos europeus.

Para este período de instalação militar colonial, que teve o seu auge com as campanhas militares de Mouzinho de Albuquerque nas duas últimas décadas do século XIX, parece-nos precipitado falar em resistência baseada numa ideia de unidade política e ideológica. Estaremos sim, perante uma resistência à ocupação das terras, à imposição de impostos e de novos modelos económicos que colidiam com o normal funcionamento das sociedades daquele território, em especial com a sua economia. Uma resistência que se colocava a um conjunto de novas medidas impostas pela base administrativa e militar portuguesa, as quais não se compaginavam com os modelos que interessavam aos namarras, aos swahili e aos proprietários luso-descendentes instalados desde há muito no continente próximo da Ilha e que, da administração portuguesa esperavam apenas cargos e nomeações mas que se mantinham em sintonia com os interesses nas rotas caravaneiras e na continuidade do tráfico de escravos.

A oposição que assinalámos para o período de 1865 a 1913 apresentou várias frentes, nomeadamente ao avanço militar dos portugueses com intenção de instalação de postos militares, à construção de estradas, à instalação de postes telegráficos<sup>8</sup>, à abertura de lojas no interior. Tratava-se de uma oposição à tentativa de domínio do território em detrimento da liberdade de circulação e de realização do comércio que os namarras controlavam, nomeadamente no que dizia respeito ao mercado de escravos, de armas e de pólvora.

Enquanto a administração portuguesa instalada na Ilha e nas Terras da Coroa desenvolveu um sistema de trocas comerciais baseadas nos escravos e nas armas e ainda nos tecidos, borracha, pedras preciosas e madeira não se verificaram situações de confronto às quais possamos dar um maior significado. A resistência terá começado a ser programada e sistemática a partir do momento em que o plano português de ocupação militar e de instalação nas terras em direcção ao interior começou a ser desenhado e levado à prática com recursos técnicos, militares e estratégicos mais intensos e agressivos. Quando os portugueses pensavam que tinham encontrado nos namarras uma população que, instalada junto às Terras da Coroa poderia servir de

---

<sup>8</sup> AHM, Quartel-General 11-3, 300, 1901-1907, relatório sobre os serviços d'ocupação no districto de Moçambique, do governador do distrito para o capitão-mor do Mossuril em Muchelia, Outubro de 1906, fl. 293-296. Construíram-se estradas que uniam as capitánias de Mossuril, Macuana e Fernão Veloso: Lúrio-Niveta; Mamba-Namissaco; Mossuril-Itoçulo-N'tia; Mochelia-Nameluco; Moginqual-Liguria. Ao longo das estradas foram instalados postes telegráficos.

---

tampão ao avanço das populações do interior em direcção ao litoral, debateram-se afinal com um grupo que intensificou e prolongou a resistência relativamente à instalação colonial.

As fórmulas a que os portugueses recorreram para desgastar os poderes instituídos no território foram várias: campanhas militares, espionagem, intromissão na organização política e militar e na escolha dos chefes ou régulos, raptos, aprisionamentos, contra-informação. Consideramos que, para além destas fórmulas, decisões como o imposto de palhota, o trabalho forçado e o fim das rotas caravaneiras terão tido maior consequência sobre as estruturas económicas das sociedades linhageiras do território.

O Namarral, enquanto quilombo predatório apresentou uma economia sustentada na escravatura interna e nos produtos dos mercados, com recurso ao controlo sistemático das caravanas comerciais vindas do interior em direcção ao litoral, à cobrança de portagens, ao controlo dos bazares que se realizavam junto à costa, e ainda ao assalto a pangaios que navegavam pelos canais para atingirem zonas de difícil acesso e longe da vigilância dos militares portugueses. Num território onde os namarrais, swahili, luso-afro-descendentes e europeus se harmonizavam quanto ao interesse na continuidade do tráfico de escravos e de armamento e pelo controlo das rotas caravaneiras, ao mesmo tempo que se opunham aos novos modelos, vamos assistir também ao surgimento de desentendimentos entre essas sociedades em consequência dessas medidas impostas pela administração portuguesa.

Muitas das vezes, as populações não davam resposta à exigência do imposto de palhota porque não conseguiam reunir a quantia necessária em moeda. Por outro lado, recusavam o trabalho forçado porque sabiam que nunca seriam monetariamente ressarcidas pelos serviços prestados.

As reacções das populações a estes impostos, nomeadamente as que envolveram os namarrais e seus aliados ficaram registadas em variada documentação. Um desses acontecimentos foi a prisão, em 22 de Outubro de 1896, de alguns “cidadãos de Moçambique”: Joaquim Ignacio de Souza, Francisco Maria Paixão Dias, Ballá Sáunto, Dagy Sáunto, Abudo Bin Assane Sualé. Entre os detidos contava-se também - e especialmente - Cândido da Costa Soares filho de João da Costa Soares, antigo proprietário do Mossuril que num documento de 1881, explicou a chegada dos namarrais às Terras Firmes e que, enquanto capitão-mor, concedera as terras e participara na cerimónia de vassalagem com o líder namarral. Estes homens eram acusados de terem vendido armas e pólvora aos namarrais e seus aliados, incluindo o Marave. Colocava-se a dúvida sobre como teriam, estes homens, proprietários de terras no continente (e alguns também funcionários do governo português na Ilha de Moçambique, que recebiam benesses nominais, simbólicas e pecuniárias) conseguido retirar fraudulentamente aquele material do paiol e alfândega. A defesa insistiu na inocência dos réus na presunção de que teria sido impossível realizar esse roubo. A acusação ripostou, esclarecendo que a pólvora e as armas estavam guardadas em armazéns que aqueles proprietários possuíam

no continente e que os haviam adquirido a ingleses e árabes em troca de escravos que eram levados em pangaios através dos canais e outros caminhos. A acusação acrescentou ainda:

*(...) os réos obcecados por um injustificadíssimo ódio, que lhes foi despertado por algumas medidas governativas, aproveitaram-se da animosidade dos mencionados chefes em instigal-os a uma nova rebelião armada, celebrando para isso diversas conferências em Moçambique em casa dos réos Sousa e Dias, e abrindo uma subscrição para a compra de pólvora e armas que foram remetidas para os rebeldes (...)<sup>9</sup>.*

Em síntese, a acusação argumentava que um clima de “ódio despertado por algumas medidas governativas”, nomeadamente o imposto de palhota dentro das suas propriedades, levava os acusados a reactivar o fornecimento de armas e pólvora aos namarrais, ajudando-os a preparar a “resistência ao imposto de palhota”. Os acusados negavam peremptoriamente a cumplicidade com os namarrais e qualquer ódio à medida governativa.

A reacção ao trabalho forçado está também bem documentada em registos da época. Num ofício enviado ao capitão-mor das Terras da Coroa, o comandante do posto militar da Matibane relatou (em 10 de Dezembro de 1897) que, quando visitou o xeque de Alua, este se recusara a obrigar o seu povo a pagar o imposto de palhota porque estavam muito pobres e cansados de trabalhar gratuitamente para o Governo:

*Fallei com o Cheque sobre o pagamento do imposto de palhota e perguntei-lhe porque não avisava a sua gente para pagarem ao Governo o imposto, respondeu-me que elle é gente do Governo e que há já muito tempo que trabalha de graça. Por último disse-lhe que se elle entregasse a importância do imposto de palhota e que não faltasse ninguém para pagar; o Governo no fim da cobrança dava-lhe o soldo, e respondeu-me que o Governo o queria enganar para depois lhe não dar nada<sup>10</sup>.*

Esta descrição revela uma clara consciência da desadequação do sistema e da sua injustiça para as populações, que entretanto não recebiam alguma contrapartida no cumprimento das obrigações que lhes eram exigidas. Uma outra situação reveladora da reacção ao trabalho forçado foi a má recepção aos cabos de terras e polícias enviados da Ilha de Moçambique ao interior para reunir carregadores:

*Participou-me o chefe das Cabaceiras que na ocasião em que os cabos de terras e polícias pretendiam agarrar pretos para carregadores foram na Cabaceira Pequena recebidos à pedrada (...) foi enviado um pelotão para averiguar os factos e prender os cabeças do motim (...) um preto que entretanto conseguira fugir foi avisar as populações da Cabaceira Pequena que vinha branco com força, dando lugar a fugirem todos os pretos para a bahia da Conducia (...)<sup>11</sup>.*

A redução na frequência das caravanas e a alteração dos percursos das rotas ditaram o fim do quilombo. O avanço paulatino de indianos em direcção ao interior com o objectivo de instalarem lojas nos cruzamentos

<sup>9</sup> AHM, B388(b), Cx.1, 1898: Escândalos inauditos, arbitrariedades inqualificáveis e processo tumultuário contra cinco cidadãos innocentes presos em Moçambique, p. 40, Lisboa.

<sup>10</sup> AHM, *Fundo do século XIX*, Governo do Distrito de Moçambique, Docs. 1 a 35, 10.12.1897: ofício do comandante do porto militar de Matibane ao capitão-mor das Terras da Coroa, Matibane.

<sup>11</sup> AHM, *Fundo do século XIX*, 04.11.1898: ofício do capitão-mor das Terras da Coroa – Mossuril – ao chefe de repartição militar de Moçambique.

das estradas e caminhos que tinham sido criados pela continuidade da passagem das caravanas esvaziou de sentido as caravanas e a manutenção das suas rotas que ligavam o interior ao litoral. Os produtos seguiriam agora do litoral para o interior passando por um entreposto, a loja, à qual também chegavam produtos do interior. Por outro lado, a capacidade de negociação dos comerciantes indianos com os chefes das aldeias do interior deu segurança às populações para que se pudessem deslocar às lojas. Os próprios namarrais, na esperança de manter vivas as antigas rotas caravaneiras vão dificultar a abertura de caminhos, que eles sabiam que iriam dar lugar a novos postos militares e lojas. Em 27 de Janeiro de 1897, os namarrais e os homens do Marave atacaram os trabalhadores que abriam a estrada de Ampapa a Naguema<sup>12</sup> que atravessava terras da aldeia de Naguema. Estas acções de oposição foram enfraquecendo à medida que outros chefes e populações foram cedendo à facilidade de realização de negócio que as lojas promoviam e em face da persistência e aumento da capacidade de mobilização dos portugueses no território.

O período de 1865 a 1913 registou lutas e movimentações políticas no território do antigo distrito de Moçambique, vinculando os namarrais a um percurso da história de Moçambique que os caracteriza pela longa resistência à instalação militar colonial no território. No que se refere à incorporação do Norte de Moçambique no sistema colonial, o distrito de Moçambique foi “a última zona onde os Portugueses impuseram o seu domínio de facto e onde se lhes deparou a oposição mais prolongada e determinada” (NEWITT, 1997: 353).

O fim anuncia-se aquando do ‘raptó’ da ‘filha’ de Naguema pelos portugueses: “O commandante de Natule informa que na noite de ante-hontem se ouviram muitos toques de palapata e batuques de guerra, o que motivou o sobressalto d’Ampapa, e que é gente de Naguema que está fazendo razias para vingar a prisão da filha da rainha”<sup>13</sup>. De facto, o rapto da filha de Naguema, e a morte de Mocuto-muno no cativoiro da Ilha de Moçambique, em 1903, levou à desestruturação social da chefatura namarral e à dispersão das suas gentes. Estas acabaram por claudicar face à superioridade militar e técnica dos portugueses e em consequência da nova conjuntura económica, que já não servia os seus interesses e das restantes sociedades no território: “Não só os namarraes ficaram receiosos e quietos, não só a gente de Sancul entrou na obediência, não só o Itaculo deixou tomarmos pé nas suas terras, mas até régulos do interior e da margem direita do Monapo vieram, poucos meses depois, pedir vassalagem e protecção.” (COSTA, 1902: 8-9).

Nas palavras de João de Azevedo Coutinho, fora finalmente de todo destruída a lenda da inexpugnabilidade que se tinha formado em torno do Namarral (COUTINHO, 1938: 443.). Com o desaparecimento da estrutura

<sup>12</sup> AHM, *Fundo do século XIX*, 27.01.1897: ofício do comandante da segunda Companhia de Guerra ao chefe de Estado-Maior, Processo dos Namarrais, Maço 3, Natule.

<sup>13</sup> AHM, *Fundo do século XIX*, 26.09.1898: ofício do capitão-mor do Mossuril ao chefe da repartição militar do distrito.

política veio a desintegração da identidade Namarral que no curto período de 1865 a 1913 procurou a coesão interna e a estabilidade, caminho que poderia ter levado à formação de um novo Estado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS NO TEXTO

### Fontes

Arquivo Histórico de Moçambique

Fundo do século XIX:

Governador-Geral de Moçambique

Cx. 8-147, doc. 128/2, 26.10.1881: ofício do capitão-mor do Mossuril ao Secretário do Governo-Geral;

Cx. 8.9 M1 (1), 25.05.1898: ofício do capitão-mor das Terras da Coroa – Mossuril – ao chefe da repartição militar de Moçambique; 03.09.1898: ofício do comandante militar de Muchelia ao chefe da secretaria militar do distrito; 26.09.1898: ofício do capitão-mor do Mossuril ao chefe da repartição militar do distrito; 04.11.1898: ofício do capitão-mor das Terras da Coroa – Mossuril – ao chefe de repartição militar de Moçambique;

Governo do Distrito de Moçambique

Cx. 8.10, M.1 (3), doc. 1 a 35, 27.01.1897: ofício do comandante da segunda Companhia de Guerra ao Chefe de Estado-Maior, processo dos Namarrais, Maço 3, Natule; 13.04.1897: relatório do combate da Muchelia no dia 13 de Abril de 1897, por forças de Marave, escrito pelo alferes José Xavier Teixeira de Sousa.

Quartel-General 11-3, 300, 1901-1907, Relatório sobre os serviços d'ocupação no districto de Moçambique, do governador do distrito para o capitão-mor do Mossuril em Muchelia, Outubro de 1906, fl.293-296: Estradas abertas que unem as capitánias de Mossuril, Macuana e Fernão Veloso, com preparação das estradas: Lúrio-Niveta; Memba-Namissaco; Mossuril-Itocolo-N'tia; Mochelia-Nameluco; Moginqual-Liguria.

B388(b), cx.1: Escândalos inauditos, arbitrariedades inqualificáveis e processo tumultuário contra cinco cidadãos inocentes presos em Moçambique, Lisboa, 1898, p. 40.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS NO TEXTO

ALBUQUERQUE, J. Mouzinho de. 1934. *Moçambique 1896-1898*. Vols. I e II. Lisboa. Divisão de Publicações e Biblioteca da Agência Geral das Colónias.

BIRMINGHAM, David. 1974. *A conquista Portuguesa em Angola*. Lisboa. A Regra do Jogo.

CAPELA, José. 2006. "Como as Aringas se transformaram em Quilombos". *Tempo. Revista de História da Universidade Federal Fluminense*. Nº20: 83-108. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/tem/v10n20/05.pdf> (último acesso em Maio/2010).

COSTA, Eduardo Ferreira da. 1902. *O Districto de Moçambique em 1898*.

COUTINHO, José Azevedo. 1938. "O Mundo Português". *Revista de Cultura e Propaganda Arte e Literatura Coloniais*. Lisboa. Vol. V, nº 58: 443.

FREITAS, Décio. 1980. *O Escravismo Brasileiro*. Porto Alegre. Escola Superior de Teologia de S. Lourenço de Brindes.

HAFKIN, Nancy Jane. 1973. *Trade, Society, and Politics in Northern Mozambique, c.1753-1913*. Boston. Boston University Graduate School.

- 
- KI-ZERBO, Joseph. 2006. *Para quando África? Entrevista de René Holenstein*. Porto. Campo das Letras.
- LEITE, Ilka Boaventura. 2000. “Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas”. *Etnográfica*. Vol. IV (2): 333-354. Disponível em [http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol\\_04/N2/Vol\\_iv\\_N2\\_333-354.pdf](http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_04/N2/Vol_iv_N2_333-354.pdf) (último acesso em Setembro/ 2012).
- LIESEGANG, Gerhard. 1998. “A identidade social.” *Identidade, Moçambicanidade, Moçambicanização*. Maputo. Livraria Universitária da Universidade Eduardo Mondlane.
- MENEZES, J. G. Carvalho e. 1874. *Relatório do Governador-geral de Moçambique*. Moçambique.
- MUNANGA, Kabengele. 1995/96. “Origem e Histórico do Quilombo na África”. *Revista da USP*. São Paulo. Universidade de São Paulo. Nº 28: 56-63.
- NEWITT, Malyn. 1997. *História de Moçambique*. Lisboa. Publicações Europa-América.
- ORNELLAS, Aires d’. 1901. *Raças e Línguas Indígenas de Moçambique*. Lisboa.
- ORNELLAS, Aires d’. 1934. *Colectânea das suas principais obras militares e coloniais*. Vol. II. Lisboa. Agência Geral das Colónias.
- PÉLISSIER, René. 1994. *História de Moçambique, Formação e Oposição 1854-1918*. Lisboa. Editorial Estampa.
- VV. 2006. *Trabalho Forçado Africano – Experiências Coloniais Comparadas*. Col. Estudos Africanos. Porto. Campo das Letras.